



Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana Superintendência de Licitações			
Processo Administrativo	29397/2024	Pregão Eletrônico	16/2025
Realização da Licitação	Dia 08/07/2025 às 09h		
Tipo	Menor preço – Item – Serviços		
Objeto	Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro automotivo para parte da frota de veículos pertencentes à Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana. Os serviços devem incluir cobertura compreensiva (colisão, roubo, furto, incêndio), responsabilidade civil para danos a terceiros, assistência 24 horas e coberturas adicionais adequadas às especificidades dos veículos. Essa contratação tem como objetivo assegurar a proteção patrimonial da frota, garantir a continuidade operacional dos serviços de saúde, e mitigar riscos financeiros associados a sinistros.		
Órgão	Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana – UASG 927571		

**Índice:**

- 1.0 Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento;
- 2.0 Da impugnação, dos esclarecimentos;
- 3.0 Das condições de liquidação, pagamento e reajuste;
- 4.0 Condições de participação;
- 5.0 Do credenciamento e do sistema eletrônico;
- 6.0 Do cadastramento da proposta;
- 7.0 Da abertura da sessão pública;
- 8.0 Da formulação dos lances;
- 9.0 Dos critérios de desempate;
- 10.0 Da negociação;
- 11.0 Do envio da proposta de preços;
- 12.0 Do julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora;
- 13.0 Da habilitação;
- 14.0 Do encaminhamento da documentação de habilitação;
- 15.0 Da verificação da documentação de habilitação;
- 16.0 Dos recursos administrativos;
- 17.0 Da assinatura do contrato;
- 18.0 Das sanções;
- 19.0 Da revogação e anulação;
- 20.0 Disposições gerais.



INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS
Telefone para contato: 43 3422-4000, Ramal: 338. Horário: 08h00min às 17h00min Email: <a href="mailto:licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br">licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br</a>

**RESUMO DO EDITAL**

**1. Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro automotivo para parte da frota de veículos pertencentes à Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana. Os serviços devem incluir cobertura abrangente (colisão, roubo, furto, incêndio), responsabilidade civil para danos a terceiros, assistência 24 horas e coberturas adicionais adequadas às especificidades dos veículos. Essa contratação tem como objetivo assegurar a proteção patrimonial da frota, garantir a continuidade operacional dos serviços de saúde, e mitigar riscos financeiros associados a sinistros.

**2. Valor Máximo e condições de liquidação e pagamento:**

- R\$ 179.088,76 (cento setenta e nove mil oitenta e oito reais setenta e seis centavos).
- O **pagamento** será realizado em **10 (dez) parcelas mensais**, sendo que, serão efetuados em **até 30 (trinta) dias**, mediante **apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato**, seguindo o cronograma financeiro da tesouraria desta Autarquia.

**3. Critério de julgamento: Menor preço – Item – Serviços.**

<b>4. Ampla concorrência</b>	<b>5. Exclusivo MEI/ME/EPP</b>	<b>6. Reserva de Item MEI/ME/EPP</b>	<b>7. Amostras</b>
SIM	NÃO	NÃO	NÃO

**8. Plataforma eletrônica:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**9. Do cadastro das propostas:** A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), a partir da liberação do Edital, até as **09h do dia 08 de julho de 2025**, horário de Brasília-DF.

**10. Início da fase de lances:** A partir das **09h do dia 08 de julho de 2025**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

**11. Da habilitação:** conforme o item 13 do edital.

**12. Itens:** Conforme anexo IV do edital, sendo o Termo de Referência.

**13. Prazo de entrega:** Conforme anexo IV do edital, sendo o Termo de Referência.

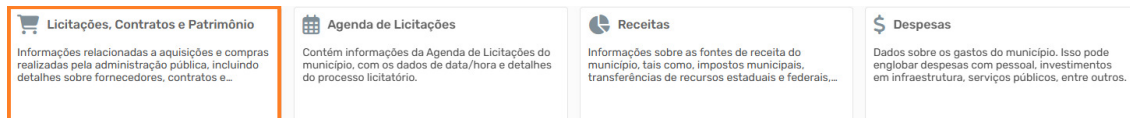
**14. Vigência do Contrato:** 12 (doze) meses.

## PASSO A PASSO DETALHADO PARA O LICITANTE ACESSAR O EDITAL E ANEXOS

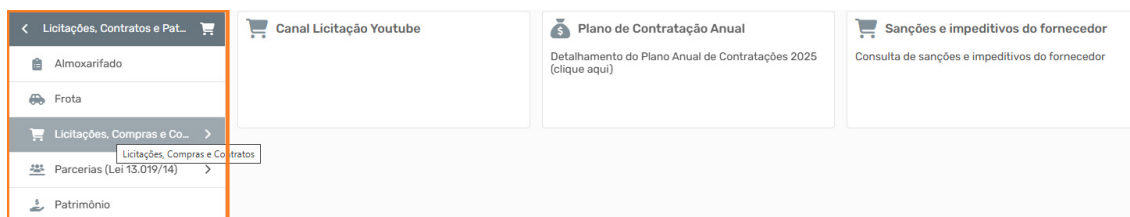
- 1) Acesse o site oficial do Município de Apucarana por meio do link: <https://www.apucarana.pr.gov.br/site/>
- 2) Na página inicial, clique na opção “TRANSPARÊNCIA”.



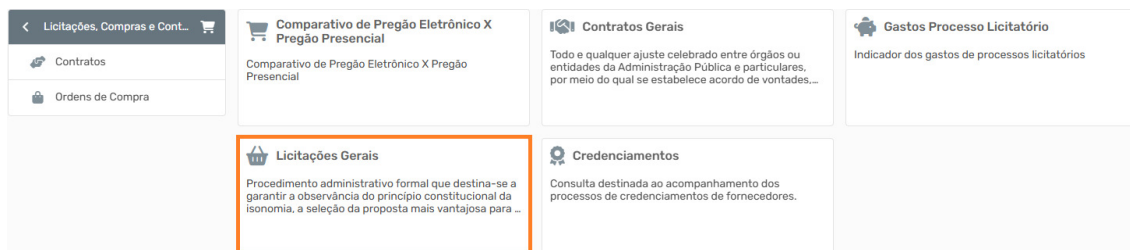
- 3) Ao acessar a página de “TRANSPARÊNCIA”, clique no campo “Licitações, Contratos e Patrimônio”.



- 4) No campo “Licitações, Contratos e Patrimônio”, clique no campo “Licitações, Compras e Contratos”.



- 5) Clique no campo “Licitações Gerais”.



- 6) Filtrar a presente licitação selecionando, “Ano Licitação\*”: 2025; “Modalidade”: Pregão Eletrônico – Lei 14.133/2021; “Filtro: Unidade Gestora:” AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APUCARANA.



- 7) Por fim, localizar a licitação correspondente e clicar nos botões “Detalhar” ou “Anexos” (no lado esquerdo da tela).





A **Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana**, inscrita no CNPJ SOB Nº 78.956.513/0001-68, sediada à Rua Antônio José de Oliveira, nº 293, barra funda, CEP 86800-260, neste município, por intermédio dos pregoeiros, designados pela Portaria nº **474/2024, de 29 de outubro de 2024**, em conformidade com o disposto na Lei Federal 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/14; Lei Municipal nº 101/2019; Decreto Municipal nº 936/2023, o qual regulamenta a Lei Federal 14.133/2021; e suas alterações, legislação correlata e pelas normas do portal de compras governamentais ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), torna pública a realização de licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, do tipo **Menor Preço – Item – Serviços**, conforme as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **anexo IV**, que veicula o Termo de Referência.

Processo Administrativo		Edital de Pregão Eletrônico	
78748/2024		16/2025	
Expedido em	17/06/2025		
Tipo	Menor Preço – Item – Serviços		
Data inicial para acolhimento das propostas		Data final de cadastro das propostas e início da fase de lances	
23/06/2025		08/07/2025	
Hora da fase de lances		09h	
Requisitante			
Ofício Divisão Transporte nº 305/2025			

## 1. Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento

**1.1** A presente licitação tem por objeto abertura de processo licitatório para **contratação de empresa para prestação de serviços de seguro automotivo para parte da frota de veículos pertencentes à Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana**. Os serviços devem incluir cobertura abrangente (colisão, roubo, furto, incêndio), responsabilidade civil para danos a terceiros, assistência 24 horas e coberturas adicionais adequadas às especificidades dos veículos. Essa contratação tem como objetivo assegurar a proteção patrimonial da frota, garantir a continuidade operacional dos serviços de saúde, e mitigar riscos financeiros associados a sinistros, de acordo com as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **anexo I**, que veicula o termo de referência.

**1.2** De acordo com o mapa de preços resta fixado em até **R\$ 179.088,76 (cento setenta e nove mil oitenta e oito reais setenta e seis centavos)** o preço máximo estimado da futura aquisição.

**1.3** A proposta final que consignar preços, mesmo que após as tentativas de negociações, inclusive unitários, superiores aos fixados por este edital será desclassificada, conforme o §1º do Art. 61 da Lei Federal 14.133/2021.

**1.4** As despesas decorrente da aquisição dos itens de que trata o objeto deste termo de referência correrão à conta do orçamento:

<b>Manutenção das Atividades Administrativas da Autarquia Municipal de Saúde - 2060</b>			
<b>Sub. Elemento – descrição</b>		<b>Vínculo</b>	<b>Referência</b>
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	483
<b>Atenção Básica - 2080</b>			
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	520
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	495 – Atenção Básica	530
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	2495 – Atenção Básica	538
<b>Atenção Especializada - 2081</b>			
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	548
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	555
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	556
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	2496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	557
<b>Rede de Urgência e Emergência - 2084</b>			
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	576
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	581
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1018 – Emendas Individuais Impositivas – Transferência com Finalidade Definida	583
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	585
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	2496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	589
<b>Assistência Farmacêutica - 2085</b>			



3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	619
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1498 – Assistência Farmacêutica	913
<b>Vigilância Sanitária - 2091</b>			
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	628
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	510 – Taxas – Exercício Poder de Polícia	636
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	497 – Vigilância em Saúde	995
<b>Vigilância Epidemiológica - 2092</b>			
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	642
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	497 – Vigilância em Saúde	650
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1075 – Apoio Financeiro para ações Emergenciais com ênfase em Dengue no Estado do Paraná - Resolução SESA nº 285/2024 e similares	657
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1497 – Vigilância em Saúde	660

**1.5** O critério de julgamento da presente licitação é o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

## **2. Da impugnação, dos esclarecimentos**

**2.1** As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até as **18h o dia 03/07/2025**, por qualquer cidadão ou licitante.

**2.2** A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Apucarana, localizado no Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, no horário das 08h00 às 18h00, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: [licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br](mailto:licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br)

**2.3** A impugnação será julgada em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será publicada no Portal da Transparência do Município de Apucarana, e disponibilizada no sítio [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br).

**2.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**2.5** Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

**2.5.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

### **3. Das condições de liquidação, pagamento e reajuste**

#### **Da Liquidação:**

**3.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

**3.1.1** Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor do Contrato, mensalmente, solicitar das empresas:

- **Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;**
- **Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;**
- **Certidão de regularidade do FGTS;**
- **Certidão negativa de débitos Trabalhistas;**

**3.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**3.2.1** A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

**3.2.2** A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

**3.2.3** Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de



informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

**3.2.4** Após a prestação dos serviços, o fiscal técnico emitirá relatório confirmando a execução da ordem de serviço, total ou parcialmente, aprovando a emissão de nota fiscal.

**3.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**3.4** O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

**3.5** Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

**3.6** O pagamento efetuado pela Autarquia Municipal de Saúde não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

**3.7** É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

**3.8** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Autarquia Municipal de Saúde, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**I = Índice de atualização financeira;**

**TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso.**

**Forma de pagamento**



**3.9** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**3.10** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**3.11** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**3.12** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Do reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro:**

**3.13 Repactuação:** é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, ou com predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

**3.13.1** Será admitida a repactuação dos preços dos serviços de engenharia e/ou arquitetura continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

**Observação:** Para que haja a repactuação dos preços é necessária a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

**3.13.2** O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, isto é, da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos com custos decorrentes do mercado.

**Observação:** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de

trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

**3.13.3** As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

**3.14 Revisão:** fato extraordinário, imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, previsto no Artigo 127 da Lei Federal 14.133/2021 e no Artigo 272 do Decreto Municipal 936/2023;

**3.14.1** Quando verificado pela empresa vencedora que os valores para a prestação dos serviços, juntamente com seus insumos, não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis, das 08h00min às 18h00min, no edifício da Prefeitura, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, setor de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico: [licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br](mailto:licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br).

**3.14.2** Para que o processo seja deferido, as empresas habilitadas e classificadas na sessão do pregão eletrônico serão convocadas para apresentarem os valores para os itens que serão reequilibrados. Desta forma se houverem valores inferiores ao solicitado pela empresa vencedora, serão realizadas negociações conforme orientações da Procuradoria Jurídica.

#### **4. Condições de participação**

**4.1** Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Pregão:

**4.1.1** Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

**4.1.2** Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão;

**4.1.3** Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

**4.1.4** Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o Município de Apucarana ou outra entidade deste Município;

**4.1.5** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**4.1.6** Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

**4.1.7** Cooperativa de mão de obra;

**4.1.8** Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

**4.1.9** Empresas cujo sócio, cotista ou dirigente seja servidor da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público do Executivo ou Legislativo do Município de Apucarana, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja agente de contratação, membro da comissão de contratação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

## **5. Do credenciamento e do sistema eletrônico**

**5.1** Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>.

**5.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**5.1.2 O número da UASG no sistema COMPRASGOV: 927571. É por este número que será encontrado o processo e poderá se cadastrar para a participação em todas as licitações da Autarquia de Saúde.**

**5.2** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**5.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**5.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no

momento da habilitação.

**5.5** A proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

**5.5** Se o sistema do pregão eletrônico ficar inacessível por problemas operacionais exclusivamente por parte do portal de compras, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação via e-mail e chat aos participantes.

**5.6** No caso de desconexão apenas do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às proponentes para recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**5.8** Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

**5.9** Caberá à proponente:

**5.9.1** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o todo o processo do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive no que tange aos subitens supra.

**5.9.2** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**5.9.3** O uso da senha de acesso pela proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo plataforma responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.9.4** O credenciamento junto ao SICAF, implica a responsabilidade legal da proponente e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

## **6. Cadastramento da proposta**

**6.1** A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), a partir da liberação do Edital, até as **09h do dia 08 de julho de 2025**, horário de Brasília-DF.

**6.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras governamentais (CATMAT) e as especificações constantes deste edital, prevalecerão a do edital.**

**6.2** O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**6.3** A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

**6.4** Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

## **7. Da abertura da sessão pública**

**7.1** A partir das **09h do dia 08 de julho de 2025**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

**7.2** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.3** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.4** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.5** Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

## **8. Da formulação dos lances**

**8.1** Será adotado para o envio de lances o **modo de disputa ABERTO**, conforme disposto no art. 23 da IN Seges-ME n. 73/2022.

**8.1.1** A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**8.1.2** O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)** tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

**8.1.3** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **Agente de Contratação** poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

**8.1.3.1** Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o **Agente de Contratação** decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

**8.1.3.2** Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as **licitantes** serão convocadas para apresentar lances intermediários.

**8.1.3.3** Encerrada essa etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

**8.2** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

**8.3** Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito de classificação final.

**8.4** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**8.5** O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

**8.6** Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

**8.7** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

## **9. Critérios de desempate**

**9.1** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, assim como no Art. 154 do Decreto Municipal 936/2023, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**9.2** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

**9.3** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

**9.4 Caso o edital tiver tratamento diferenciado e simplificado, conforme o Art. 155 do Decreto Municipal nº 936/2023, que concede o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Locais e Regionais de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, cujo objetivo é:**

- I) a promoção do desenvolvimento econômico e social;
- II) a ampliação da eficiência das políticas públicas e;
- III) o incentivo à inovação tecnológica.

**9.4.1 De acordo com o Art. 2º da Lei Municipal nº 101/2019, para os benefícios previstos nesta lei ficam assim definidos geograficamente os termos "local" e "regional":**

- I. **Local:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas em todo território do Município de Apucarana - Estado do Paraná.
- II. **Regional:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) sediadas em um dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, formada pelos Municípios de 1) Apucarana, 2) Arapuã, 3) Ariranha Do Ivaí, 4) Bom Sucesso, 5) Borrazópolis, 6) Califórnia, 7) Cambira, 8) Cruzmaltina, 9) Faxinal, 10) Godoy Moreira, 11) Grandes Rios, 12) Ivaiporã, 13) Jandaia Do Sul, 14) Jardim Alegre, 15) Kaloré, 16) Lidianópolis, 17) Lunardelli, 18) Marilândia Do Sul, 19) Marumbi, 20) Mauá Da Serra, 21) Novo Itacolomi, 22) Rio Bom, 23) Rio Branco Do Ivaí, 24) Rosario Do Ivaí, 25) São João Do Ivaí E 26) São Pedro Do Ivaí.

**9.4.2** Para o cumprimento do disposto no Art. 3º da Lei 101/2019, a administração pública municipal adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, em especial aquelas constantes dos Arts. 44 a 49, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente, os incisos I e III dessa lei.

**9.4.3** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização



da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

## **10. Negociação**

**10.1** Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**10.2** O Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**10.3** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **11. Envio da proposta de preços**

**11.1** A proposta de preços equalizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares exigíveis para essa etapa ou quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, pelo licitante convocado, em até 2 (duas) horas.

**11.1.1** O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

**11.2** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

**11.3** A proposta deverá conter:

**11.3.1** Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

**11.3.2** Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

**11.3.3** Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

**11.3.4** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da licitação.

**11.4** A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

**11.5** A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

**11.6** A apresentação da proposta implicará:

**11.6.1** Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

**11.6.2** Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana.

## **12. Julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora**

**12.1** Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/21, legislação correlata e no subitem 4.1 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante consulta aos cadastros indicados no subitem 12.16. do Edital.

**12.2** No caso de constatação de falta de condição de participação, o licitante será excluído do certame.

**12.3** Confirmadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

**12.4** O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana ou do Município de Apucarana ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**12.5** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**12.6** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e

instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

**12.7** Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

**12.8** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

**12.9** Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do Art. 59 da Lei nº 14.133 de 2021, assim como no Decreto Municipal 936/2023, em seu Art. 136, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**12.9.1** Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

**12.9.2** Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

**12.9.3** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

**12.9.4** Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

**12.9.5** Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

**12.9.6** Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

**12.9.7** Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

**12.9.8** Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

**12.9.9** Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

**12.9.10** Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

**12.9.11** Estudos setoriais;

**12.9.12** Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.

**12.9.13** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**12.10** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.11** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**12.12** A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

**12.13** Serão também desclassificadas as propostas:

**12.13.1** Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

**12.13.2** Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;

**12.13.3** Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

**12.13.4** Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

**12.13.5** Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

**12.14** Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**12.15** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### **13. Habilitação**

**13.1** Para a habilitação dos licitantes será exigida a documentação relativa:

**13.1.1** À habilitação jurídica;

**13.1.2** À qualificação técnica;

**13.1.3** À qualificação econômico-financeira;

**13.1.4** À regularidade fiscal e trabalhista;

**13.1.5** Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

**13.2** Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

**13.2.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**13.2.2** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**13.2.3** No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**13.2.4** No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**13.2.5** Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**13.3** Documentos relativos à **qualificação técnica**:

**13.3.1.** Empresas cadastradas ou não no SICAF ou deverão apresentar:

**13.3.1.1** Certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica da administração pública ou privada, que comprovem a aptidão da licitante conforme o item do termo de referência.

**13.3.1.2** Registro/habilitação da companhia de seguros para o exercício da atividade no ramo de seguro pertinente ao objeto da licitação, emitida pela Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda – SUSEP atualizada.

**13.4** Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

**13.4.1** Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**13.4.2** Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a

boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**13.4.2.1** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício social referentes ao período de existência da sociedade;

**13.4.2.2** A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

**13.4.2.2.1** No caso de sociedades anônimas, na forma do Art. 289, da Lei Federal nº 6.404/1976;

**13.4.2.2.2** No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado de exercício e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

**13.4.2.2.3** Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar: o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).

**13.4.3** O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

**LG= Liquidez Geral – superior a 1**

**SG= Solvência Geral – superior a 1**

**LC= Liquidez Corrente – superior a 1**

**Sendo,**

**LG= (AC+RLP) / (PC+ELP)**

**SG= AT / (PC+ELP)**

**LC= AC / PC**

**Onde:**

**AC= Ativo Circulante**

**RLP= Realizável a Longo Prazo**

**PC= Passivo Circulante**

**ELP= Exigível a Longo Prazo**

**AT= Ativo Total**

**13.4.4** Quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1, comprovação de patrimônio líquido ou capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação;

**13.4.5** O balanço patrimonial e as demonstrações de exercício social deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**13.5 Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:**

**13.5.1** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

**13.5.2** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

**13.5.3** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**13.5.4** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

**13.5.5** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.



**13.6** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**13.7** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

**13.8** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**13.9** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

**13.10** A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

**13.11** A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

**13.12** Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

**13.13 Documentação complementar:**

**13.13.1** Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

**13.13.2** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

**13.13.3** Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

**13.13.4** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**13.13.5** Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do Artigo 63, da Lei Federal nº 14.133/21;

**13.13.6** Para o fornecedor enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do Art. 4º, da Lei nº 14.133/21;

**13.13.7** Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.

**13.14** As declarações exigidas no subitem acima serão consultadas no sistema Compras Governamentais.

**13.15** A licitante não pode possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis)), no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>), no Município de Apucarana.

**13.16** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, no caso do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**13.17** A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

**13.18** Os documentos abrangidos pelo SICAF são os relativos à:

**13.18.1** Habilitação jurídica;

**13.18.2** Qualificação econômico-financeira;

**13.18.3** Regularidade fiscal e trabalhista.

**13.19** O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste Edital.

**13.20** Ao licitante inscrito no SICAF, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida no referido sistema, será facultada a apresentação da documentação atualizada ao Pregoeiro no momento da habilitação.

**13.21** Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

**13.22** Todos os documentos deverão ser apresentados:

**13.22.1** Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

**13.22.2** Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

**13.22.3** Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

**13.22.4** Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

**13.23** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

**13.24** Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

#### **14. Encaminhamento da documentação de habilitação**

**14.1** Os documentos de habilitação não abrangidos pelo SICAF ou desatualizados nos cadastros anteriores, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro.

**14.1.1** O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

**14.2** A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

## **15. Verificação da documentação de habilitação**

**15.1** Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

**15.2** Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

## **16. Recursos**

**16.1** Após as etapas de julgamento, o sistema abrirá prazo de não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer.

**16.2** Registrada a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**16.3** Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**16.4** Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 03 (três) dias úteis para:

**16.4.1** Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

**16.4.2** Motivadamente, reconsiderar a decisão;

**16.4.3** Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá até 10 (dez) dias úteis para decidir.

**16.4.4** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.5** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

**16.6** Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação e homologação.

**16.7** A publicidade do julgamento dos eventuais recursos será no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, site: [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br).

## **17. Assinatura do contrato**

**17.1** Após a homologação da licitação, o contrato será enviado ao licitante vencedor para assinatura.

**17.2** Para a assinatura do contrato será exigido a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**17.3** Farão parte do contrato, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste Edital.

**17.4** O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do contrato, para devolvê-la assinado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**17.5** O prazo para devolução do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Prefeitura do Município de Apucarana.

**17.6** A pessoa que assinar o contrato deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

**17.7** Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar o contrato, executar o objeto, ou quando não fizer a comprovação referida no item anterior, a Prefeitura do Município de Apucarana adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, contratar com a Administração.

## **18. Sanções**

**18.1** De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**18.2** Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.

## **19. Revogação e anulação**

**19.1** Fica assegurado à Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

**19.2** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

**19.3** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

**19.4** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

**19.5** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

## **20. Disposições gerais**

**20.1** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e eventuais amostras. A Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**20.2** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo

desde a realização da sessão pública, exceto nos casos previstos no Artigo 64 da Lei Federal nº14.133/21.

**20.3** A Autarquia Municipal de Saúde não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros.

**20.4** Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.

**20.5** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

**20.6** Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

**20.7** Na contagem dos prazos constantes do presente Edital, observar-se-á o disposto no Artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/21, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

**20.8** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**20.9** Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

**a) “Prática corrupta”:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;

**b) “Prática fraudulenta”:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;

**c) “Prática colusivas”:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

**d) “Prática coercitiva”:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata;

**e) “Prática obstrutiva”:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula da **Ata de Registro de Preços e dos Contratos vinculados à mesma**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.





**20.10** Integram o presente Edital:

**20.10.1 Anexo I:** Modelo de Proposta de Preço;

**20.10.2 Anexo II:** Minuta do Contrato;

**20.10.3 Anexo III:** Estudo Técnico Preliminar;

**20.10.4 Anexo IV:** Termo de Referência;

**Município de Apucarana, 17 de junho de 2025.**

Guilherme de Paula  
**Diretor Presidente**  
Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana

**Equipe de Apoio**  
**Portaria nº 474/2024**

**Anexo I****Modelo de Proposta Comercial****Dados da empresa proponente:**

(RAZÃO SOCIAL, CNPJ, I.E. OU I.M., ENDEREÇO COMPLETO, DADOS BANCÁRIOS, TELEFONE, E-MAIL, PESSOA PARA CONTATO).

Pela presente, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento dos itens abaixo descritos, conforme termos do edital de **Pregão Eletrônico nº 16/2025**.

Lote	Item	Descrição Dos Itens	Marca	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
###	##	####		##	##	###	####

**Valor total da proposta: R\$ 000,00 (Valor por extenso).**

**Observação:** A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

**Validade da proposta: XX** (mínimo 90 dias corridos).

**Forma de pagamento:**

De acordo com o contido no edital.

[ ] Nossa empresa **se enquadra** na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele artigo. **(ou)**

[ ] Nossa empresa **não se enquadra** na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

XXXXXXXXXXXXXX, em xx de XXXXXXXXXXXXXX de xxxx

**Nome da empresa**

**CNPJ**

*Assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)*

**Nota:** a proposta comercial deverá conter os dados desse modelo, e ser redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais proponentes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

**Anexo II**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/2025****Processo Administrativo nº 29397/2025****Pregão Eletrônico nº 16/2025**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, a **Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada na Rua Antônio José de Oliveira, nº 293, barra funda, CEP 86800-260, Apucarana, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 78.956.513/0001-68, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo senhor diretor presidente, **Guilherme de Paula**, brasileiro, casado, residente à Rua Ângelo Stábile, nº 94, Bairro Vila Vera Cruz, CEP 86.803-060, neste município, portador do cadastro de pessoa física nº 048.365.079-01 e cédula de identidade Nº 6.264.893-62-SSP/PR, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada à XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, portadora do CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, contato: XXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXX**, residente à XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, Município de XXXXXX, Estado do XX, CEP XXXXXXXX, portador do Cadastro de Pessoa Física nº XXXXXXXXXX e Cédula de Identidade nº XXXXXXXX, convencionam e mutuamente estipulam o seguinte:

**Cláusula Primeira: Do Objeto**

**1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro automotivo para parte da frota de veículos pertencentes à Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana. Os serviços devem incluir cobertura abrangente (colisão, roubo, furto, incêndio), responsabilidade civil para danos a terceiros, assistência 24 horas e coberturas adicionais adequadas às especificidades dos veículos. Essa contratação tem como objetivo assegurar a proteção patrimonial da frota, garantir a continuidade operacional dos serviços de saúde, e mitigar riscos financeiros associados a sinistros, de acordo com os itens e dados abaixo:**

Lote	Item	Especificação	Marca	Quantidade Registrada	Valor Unitário	Total
***	***	*****		****	****, **	****, **

**Cláusula Segunda: Do Regime e da Legislação Aplicável**

**2.1 A presente relação jurídica contratual é disciplinada, integralmente, pela Lei nº 14.133 de**

01/04/2021, assim como no Decreto Municipal nº 936/2023, de 19/12/2023, os quais fundamentam o procedimento licitatório.

**2.2** Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitado as disposições da legislação constante desta cláusula, regulados pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pelo Art. 89 e Art. 90, da Lei 14.133/21.

**2.3** O contratante providenciará a publicação deste contrato, por extrato no Diário Oficial do Município e, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

### **Cláusula Terceira: Do Valor Contratual e das Despesas**

**3.1** O valor total do contrato é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx).

**3.1.1** O contratante se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

**3.2** As despesas decorrentes da execução objeto deste contrato, serão contratados com recursos provenientes da rubrica orçamentária nº:

<b>Manutenção das Atividades Administrativas da Autarquia Municipal de Saúde - 2060</b>			
<b>Sub. Elemento – descrição</b>		<b>Vínculo</b>	<b>Referência</b>
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	483
<b>Atenção Básica - 2080</b>			
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	520
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	495 – Atenção Básica	530
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	2495 – Atenção Básica	538
<b>Atenção Especializada - 2081</b>			
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	548
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	555
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	556
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	2496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	557
<b>Rede de Urgência e Emergência - 2084</b>			

3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	576
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	581
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1018 – Emendas Individuais Impositivas – Transferência com Finalidade Definida	583
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	585
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	2496 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	589
<b>Assistência Farmacêutica - 2085</b>			
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	619
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1498 – Assistência Farmacêutica	913
<b>Vigilância Sanitária - 2091</b>			
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	628
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	510 – Taxas – Exercício Poder de Polícia	636
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	497 – Vigilância em Saúde	995
<b>Vigilância Epidemiológica - 2092</b>			
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	303 – Saúde / Percentual Próprio	642
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	497 – Vigilância em Saúde	650
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1075 – Apoio Financeiro para ações Emergenciais com ênfase em Dengue no Estado do Paraná - Resolução SESA nº 285/2024 e similares	657
3339039690200000000	Seguros de veículos da saúde pública	1497 – Vigilância em Saúde	660

**3.3** A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme o Art. 125 da Lei

14.133/21. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em lei, salvo, às supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes.

**Cláusula Quarta: das condições para efetivar o pagamento e do reajuste**

**4.1** O faturamento deverá ser efetivado após a entrega dos materiais, mediante nota fiscal, acompanhada do respectivo relatório;

**4.1.1** O fiscal deverá emitir o relatório de fornecimento conferido e aprovado, contendo: o dia do fornecimento; a respectiva quantidade fornecida e a identificação do responsável pelo recebimento.

**4.2** O Fiscal do Contrato deverá checar o serviço solicitado juntamente com a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica – NF-E. Caso não tenha recebido a Nota Fiscal Eletrônica, deverá comunicar expressamente o departamento de compras para providências.

**4.2.1** A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

**4.2.2** A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

**4.2.3** Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá à retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

**4.3** O pagamento será em favor da empresa, através dos documentos acima referenciados, o qual ocorrerá em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das notas fiscais/faturas com os seguintes critérios:

**4.3.1** A liberação do pagamento fica condicionada à apresentação de cópia da guia de quitação junto à Receita Federal, através de CND; e da quitação junto ao FGTS, através do CRF.

**4.3.2** De acordo com o Art. 327 da Lei Municipal 85 de 30 de dezembro de 2002, a contratada com sede no Município deverá apresentar Certidão Negativa de Débitos Municipal geral para o recebimento do pagamento.

**4.4** Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura, será objeto de correção pela contratada e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que

o problema seja definitivamente regularizado.

**4.5** O contratante não fará nenhum pagamento à contratada, antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

**4.6** O valor contratado será fixo e irrevogável.

**4.7 Do reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro:**

**4.7.1 Revisão:** fato extraordinário, imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, previsto no Artigo 65 da Lei 8.666/93, Inc. II, D;

**4.7.2 Reajuste:** para corrigir efeitos da inflação, desvalorização da moeda, indexação, etc. Previsto na Lei 10.192/2001 (Arts. 2º e 3º) e na Lei 8.666/93 (Art. 40, XI); periodicidade mínima de um ano para aplicação e realizado por meio de índice previamente estabelecido (INPC); caso haja a prorrogação do contrato sem a solicitação de reajuste implicará na preclusão do direito ao mesmo;

**4.7.3 Repactuação:** é uma espécie de reajuste, utilizado em serviços de natureza continuada. Também tem o prazo mínimo de um ano. Não tem índice previsto, variação ocorre durante a execução contratual.

**4.7.4** Quando verificado pela empresa vencedora que os valores para fornecimento de bens ou serviços não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis, das 08:00 às 18:00, no edifício Cidade Alta, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, setor de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico: [licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br](mailto:licitacao.ams@apucarana.pr.gov.br).

**4.7.4.1** Para que o processo seja deferido, as empresas habilitadas e classificadas na sessão do pregão eletrônico serão convocadas para apresentarem os valores para os itens que serão reequilibrados. Desta forma se houverem valores inferiores ao solicitado pela empresa vencedora, serão realizadas negociações conforme orientações da Controladoria Interna do Município.

**Cláusula Quinta: dos procedimentos de fornecimento, da vigência e garantia, do prazo e da fiscalização**

**5. Da apólice**

**5.1** A emissão deverá resultar em uma única apólice, com todas as informações usuais pertinentes ao documento para que não reste nenhuma dúvida nem prejuízos por falta de



informações ao contratante, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para o contratante e deverá ser entregue diretamente na Autarquia Municipal de Saúde, no horário normal de expediente, das 08h00minh às 17h00minh, de segunda à sexta-feira. Nesse caso, **juntamente com os cartões de identificação dos veículos no prazo máximo de 15 (quinze) dias.**

**5.2** Deverão conter, impreterivelmente, na apólice referenciada:

**5.2.1** identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.

**5.2.2** indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.

**5.2.3** indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado para cobertura casco de, no mínimo, 100%.

**5.3** Prêmios discriminados por cobertura.

**5.4** Franquia aplicável. Observar o disposto no item 08 (oito) deste instrumento.

**5.5 Limites de indenização por cobertura:**

**5.5.1** Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

- a)** valor para indenização de danos materiais a terceiros: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- b)** valor para indenização de danos corporais a terceiros: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- c)** valor para indenização de danos morais: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

**5.5.2** Acidente Por Passageiro (APP):

- a)** valor para indenização morte por pessoa: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- b)** valor para indenização invalidez por pessoa: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- c)** despesas médicas hospitalares (D.M.H): R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

**5.6 Coberturas:**

- Assistência 24 horas: Guincho KM ilimitado
- Acessórios: Retrovisores, faróis e lanternas
- Quebra de vidros: completos – para-brisa, laterais e traseiros

**5.7** A apólice também deverá ser disponibilizada pela contratada, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da emissão da nota de empenho.

**5.8** Após a disponibilização da referida apólice, o contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

**5.9** Para a inclusão por endosso ou para correção de dados como, placa de veículos, classe de bônus, entre outros, poderá ser solicitado pela contratante a qualquer tempo e a contratada disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pela contratante.

**5.10** O fato da companhia de seguro deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

**5.11** A contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste termo de referência.

#### **5.12 Da Avaria**

**5.12.1** caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será tal fato impeditivo para contratação, sendo excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de perda parcial.

**5.12.2** após procedimento de recuperação pela contratante durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da “cláusula de avaria”.

**5.12.3** avarias preexistentes não serão consideradas em caso de indenização integral.

**5.12.4** caso a companhia de seguros deixe de realizar a vistoria prévia será desconsiderado qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com o objeto deste seguro.

#### **5.13 Do aviso de sinistro**

**5.13.1** o contratado deverá colocar à disposição do contratante, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

**5.13.2** a central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

**5.13.3** após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratado terá, no máximo, **05 (cinco) dias**, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**5.13.4** havendo a necessidade de reboque, o contratado deverá atender em um prazo máximo de **03 (três) horas** após o aviso de sinistro.

#### **5.14 Da franquia**

**5.14.1** a franquia considerada é a **normal**, devendo ser observado o seguinte:

**5.14.1.1** a franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que

serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

**5.14.1.2** os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não excederá os limites máximos fixados neste termo de referência, devendo também ser consideradas as informações e detalhes constantes das mesmas. De acordo com análise por veículos e seus devidos bônus (quando houver), poderão ser ofertadas franquias de valores menores.

**5.14.1.3** em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pela contratante, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao fisco, à seguridade social e ao fgts regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à companhia de seguros emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

**5.14.1.4** não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

**5.14.2** em caso de sinistro, onde a contratante não tenha dado causa ao mesmo, e o agente que bateu no veículo da contratante for o culpado pelo sinistro, deverá ser observado o seguinte:

**5.14.2.1** se possuir seguro, esse agente deverá arcar com os serviços a serem executados e com a franquia;

**5.14.2.2** se não possuir seguro, o mesmo deverá arcar com a franquia.

## **5.15 Salvados**

**5.15.1** uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da companhia de seguros.

**5.15.2** é de inteira responsabilidade da companhia de seguros contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratante junto aos órgãos pertinentes.

## **5.16 Dos sinistros**

**5.16.1** dos riscos cobertos: “seguro total”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

**5.16.1.1** roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de

roubos ou furto, incluindo os vidros.

**5.16.1.2** colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado.

**5.16.1.3** raios e suas consequências.

**5.16.1.4** incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

**5.16.1.5** quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

**5.16.1.6** acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

**5.16.1.7** submersão total ou parcial proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

**5.16.1.7.1** em casos de que trata o subitem acima, a companhia de seguros deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.

**5.16.1.8** granizo, ventos fortes, terremoto e demais eventos afins.

**5.16.1.9** acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências.

**5.16.1.10** danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

**5.16.1.11** responsabilidade civil facultativa (RCF – danos pessoais).

**5.16.1.12** acidentes pessoais por passageiros – APP.

**5.16.1.13** acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

**5.16.1.14** cobertura dos vidros, lanternas, faróis e retrovisores.

**5.16.1.15** cobertura adicional de assistência 24 horas, sem limites de quilometragem, com os seguintes serviços mínimos:

**A)** chaveiro;

**B)** socorro mecânico emergencial no local;

**C)** reboque/guincho ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;

- D) transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
- E) transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

#### **5.17 Regulação de sinistro**

**5.17.1** ocorrendo sinistro, deverá ser feito o boletim de ocorrência (b.o.) e com o mesmo a companhia de seguros deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**5.17.2** decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da companhia de seguros, a contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a companhia de seguros arcar com o ônus da execução integralmente.

**5.17.3** não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da contratante.

**5.17.4** ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

**5.17.5** em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da contratante, não cabendo à contratada alegar quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

**5.17.6** o prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a **30 (trinta) dias** do aviso de sinistro de que trata o **item 5.3** deste instrumento.

**5.17.7** havendo descumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior, a companhia de seguros ficará sujeita a multa diária correspondente 2% do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

#### **5.18 Da indenização**

**5.18.1** todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da contratada.

**5.18.2** os danos materialmente comprovados, causados pela companhia de seguros ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da contratada.

**5.18.3** na ausência de cobertura específica deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela contratante e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

#### **5.19 Da indenização integral**

**5.19.1** será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.

**5.19.2** em caso de indenização integral, a contratada não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

**5.19.3** na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade da companhia de seguros.

## **5.20 Do questionário de avaliação de risco**

**5.20.1** não existem atualmente companhia de seguros contratada para prestação dos serviços objeto deste termo de referência para os veículos abaixo:

**5.20.2** os veículos são conduzidos exclusivamente por servidores da autarquia municipal de educação de apucarana, de acordo com suas devidas categorias.

**5.20.3** os veículos a serem segurados têm controle de uso, através de autorização de saída que registra data, hora, quilometragem e roteiro percorrido (diário de bordo).

**5.20.4** a região de circulação onde os veículos trafegam habitualmente na maior parte do tempo é na cidade onde se localiza a sede da contratante, podendo circular periodicamente em cidades vizinhas e na capital deste estado ou em outras cidades do estado do paraná quando necessário.

## **5.21 Da inclusão e substituição**

**5.21.1** havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência da apólice, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

**5.21.2** em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a companhia de seguros deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**5.21.3** a devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de dam, devendo a contrada enviar recibo, devidamente quitado à contratante.

**5.21.4** caberá à contratante, em qualquer caso, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a empresa contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu

orçamento não seja o de menor valor.

## **5.22 Da exclusão**

**5.22.1** havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à contratante, mediante o cálculo considerando o valor do lote para 12 (doze) meses de contrato descontando o número de meses restantes para o término da apólice, contado a partir da data da comunicação realizada pela contratante à contratada do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

**5.22.2** considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

**5.22.3** o saldo a ser devolvido deverá ser feito mediante impressão e pagamento de DAM, devendo a contratada enviar recibo devidamente quitado à contratante.

**5.23** Os serviços deverão ser realizados por profissionais e por meios habilitados, no período estabelecido neste item, contado a partir da data de assinatura deste contrato, mediante solicitação expressa.

**5.23.1** para a solicitação do serviço, o contratante obedecerá a informação da existência de recursos orçamentários, que indicarão quais os quantitativos do pedido.

**5.24** O recebimento dos serviços dar-se-á pela verificação da qualidade e quantidade solicitada e conseqüente aceitação pelo chefe ou coordenador destinado, que deverá ser anotada em “relatório” a ser efetivado pela contratada, visando o controle do serviço;

**5.24.1** ocorrendo divergência entre os pedidos do fiscal do contrato e o respectivo relatório, será realizada averiguação pelo fiscal do contrato, com acompanhamento de funcionário da contratada.

**5.24.2** caberá ao fiscal do contrato rejeitar total ou em parte, os serviços entregues em desacordo com o objeto deste.

**5.24.3** a aceitação dos serviços contratados, somente ocorrerá após conferência dos quantitativos e verificação das respectivas especificações, devendo ser recusados aqueles itens que não atendam, em seu todo, às condições previstas neste instrumento, ou que se mostrem incompatíveis com padrões de qualidade contratados. ficando ainda suscetível à fiscalização do gestor do contrato, quando ocorrer o ato de entrega dos referidos serviços.



**5.25** Os serviços deverão observar as especificações deste instrumento e as disposições constantes do código de defesa do consumidor lei federal nº 8.078 de 11/09/90, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas em lei especial, quando for o caso.

**5.26** Em nenhuma hipótese poderá a contratada veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o contrato;

**5.27** No curso da execução do objeto contratual caberá ao contratante, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar o cumprimento das especificações exigidas, sem prejuízo daquela exercida pela contratada.

**5.27.1** a presença da fiscalização do contratante não elide nem diminui a responsabilidade da contratada.

**5.27.2** a desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a contratada às sanções previstas neste contrato e na legislação pertinente.

**5.27.3** o contratante comunicará a contratada, por escrito, as deficiências porventura verificadas nos fornecimentos, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**5.28** O prazo de contratação será de **12 (doze) meses**, podendo esse prazo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, conforme a legislação.

**5.29** Cabe ao gestor do contrato o dever de solicitar a programação dos recursos orçamentários necessários para a execução do contrato nos orçamentos dos exercícios seguintes junto ao departamento de planejamento, na ocasião da confecção da peça orçamentária, bem como solicitar a emissão junto ao departamento contábil, nota de empenho referente a execução do contrato para o próximo ano.

**5.30** É de responsabilidade do fiscal do contrato atestar o recebimento dos materiais deste contrato, sendo que o documento fiscal emitido quando da solicitação de pagamento pelo cumprimento parcial ou total deste contrato, deverá discriminar detalhadamente as quantidades entregues, contendo valor unitário e valor total, nos moldes do objeto contratado. Somente poderá ser encaminhado o documento fiscal para liquidação, devidamente atestado pelo fiscal do contrato.

**5.31** É de responsabilidade do gestor do contrato solicitar em tempo hábil, qualquer alteração, aditamento ou modificação deste termo contratual, com fulcro na legislação vigente, bem como controlar os limites de acréscimos ou supressões realizados, e ainda, os prazos de vigência e execução do contrato e seus aditivos.

**5.32 “O documento fiscal correspondente aos bens ou serviços contratados deverá estar**

atestado pelo fiscal do contrato, bem como por membros da comissão de recebimento de bens e serviços e obras, conforme determina o decreto municipal nº 287/2015 de 15 de julho de 2015, alterado pelo decreto municipal nº 438/2015 de 19 de agosto de 2015, respeitadas as proporções específicas de seu art. 9º.

**5.33** O gestor deve solicitar a cópia da Certidão Negativa de Débitos Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS.

**5.34** São indicados para fiscalização:

- **Gestor:** Servidor (a) **Stela Maris Lopes Santini**, Cargo: Superintendente Administrativo, portadora do CPF nº 599.251.919-04.
- **Fiscal Administrativo:** Servidor (a) **Ayran Eduardo da Silva Guarnieri**, Cargo: Coordenador de Transporte, portadora do CPF nº 065.943.899-20.
- **Fiscal Técnico:** Servidor (a) **Hemerson Valentim Alcantara da Silva**, Cargo: Motorista, portador do CPF nº 010.365.049-05.

#### **Cláusula sexta: das responsabilidades**

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da contratada:

**6.1** Cumprir fielmente, os compromissos avençados, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição; e solucionar os problemas que porventura venham a surgir, relacionados particularmente com a entrega;

**6.2** Manter durante a execução do contrato as condições que ensejaram sua contratação; e não transferir a outrem, no todo ou em parte, os fornecimentos objeto desta contratação sem prévia e expressa anuência da contratante;

**6.3** Todas as despesas inerentes aos serviços contratados, inclusive as de pagamento com eventuais acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, aqui entendido, quaisquer envolvidos, responsabilizando-se também por danos a terceiros; encargos e impostos, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com o fornecimento do objeto contratual;

**6.3.1** a inadimplência da contratada com referência aos encargos e impostos, não transfere ao contratante a responsabilidade por seu pagamento.

**6.4** Pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento por parte do contratante;



**6.5** Realizar o serviço no local determinado pelo contratante, mediante a solicitação e quantificação do gestor do contrato, efetivando controle do serviço, através de relatório;

**6.6** Considerar pelo preço unitário contratado, os valores das despesas decorrentes da entrega respectiva, e ainda, caso seja necessária a sua posterior devolução, por defeito do bem ou se estiver fora de especificação contratada;

**6.7** Todo e qualquer serviço fora das especificações contratadas e além das solicitações do contratante, cujas despesas correrão por conta da contratada e deverão ser prontamente atendidas;

**6.8** Qualquer impedimento que houver no decorrer desta contratação, devendo a contratada em caso de motivada ausência ou empecilho no fornecimento, responsabilizar-se pelos danos eventualmente causados;

**6.9** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços objeto desta contratação sem prévia e expressa anuência do contratante;

**6.10** Quando da subcontratação dos serviços aqui contratado, total ou parcialmente, a contratada obriga-se a exigir dos eventuais subcontratados as mesmas condições do presente contrato, respondendo solidariamente com estes todas as infrações eventualmente cometidas;

**6.11** Manter durante todo o período do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumida nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, vinculada a este instrumento.

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do contratante:

**6.12** Obedecer aos critérios de remuneração previsto neste contrato, desde que cumprida as exigências explicitadas neste instrumento;

**6.13** Proporcionar todas as condições para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

**6.14** Acompanhar e fiscalizar o contrato podendo sustar, mandar fazer ou desfazer quaisquer fornecimentos quando os mesmos não estiverem dentro das normas e especificações;

**6.15** Comunicar à contratada as irregularidades observadas no fornecimento;

**6.16** Cabe ao gestor do contrato o dever de solicitar a programação dos recursos orçamentários necessários para a execução do contrato nos orçamentos dos exercícios seguintes junto ao departamento de planejamento, na ocasião da confecção da peça

orçamentária, bem como solicitar a emissão junto ao departamento contábil, nota de empenho referente a execução do contrato para o próximo ano.

**6.17** É de responsabilidade do fiscal do contrato atestar o recebimento dos materiais deste contrato, sendo que o documento fiscal emitido quando da solicitação de pagamento pelo cumprimento parcial ou total deste contrato, deverá discriminar detalhadamente as quantidades entregues, contendo valor unitário e valor total, nos moldes do objeto contratado. Somente poderá ser encaminhado o documento fiscal para liquidação, devidamente atestado pelo fiscal do contrato.

**6.18 “o documento fiscal correspondente aos bens ou serviços contratos deverá estar atestado pelo fiscal da ata, bem como por membros da comissão de recebimento de bens, serviços e obras, conforme determina o decreto municipal nº 287/2015 de 15 de julho de 2015, alterado pelo decreto municipal nº 438/2015 de 19 de agosto de 2015, respeitadas as proporções específicas de seu art. 9º”.**

**6.19** É de responsabilidade do gestor de contrato solicitar em tempo hábil, qualquer alteração, aditamento ou modificação deste termo contratual, com fulcro na legislação vigente, bem como controlar os limites de acréscimos ou supressões realizados, e ainda, os prazos de vigência e execução do contrato e seus aditivos.

**6.20** A gestora do contrato deve solicitar a certidão negativa de débitos junto À Receita Federal e Certidão de Regularidade do Fornecedor, FGTS.

#### **Cláusula sétima: das penalidades**

**7.1** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, o contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos

porventura causados ao contratante, e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - a contratada ensejar o retardamento da execução deste objeto, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciada junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso xiv do art. 4º da lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

§ 1º - as sanções previstas nos incisos "I" e "V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" à "IV", facultada a defesa prévia da contratada, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

§ 2º - a multa devida será descontada dos pagamentos devidos pelo contratante ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

§ 3º - a critério do contratante, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na execução dos serviços for devidamente justificado pela contratada, por escrito, no prazo máximo até 05 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pelo contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**7.2** Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da lei federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - lei federal nº 8.078 de 11/09/90;

**7.3** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### **Cláusula oitava: da inexecução e da rescisão**

**8.1** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 a 80 da lei 8.666/93 na forma a seguir:

§ 1º - são motivos para a rescisão do presente contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos; ou o cumprimento irregular respectivo;
- II - a lentidão do seu cumprimento, levando o contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados; o atraso injustificado no início do fornecimento; ou a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao contratante;
- III - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação de forma não admitida neste contrato;
- IV - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- V - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da lei nº 8.666/93;
- VI - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil; a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado; ou a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que prejudique a execução do contrato;
- VII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- VIII - a supressão, por parte do contratante, do fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da lei nº 8.666/93;
- IX - a suspensão de sua execução, por ordem escrita do contratante, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- X - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo contratante decorrentes dos fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou fornecidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado

ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XII – descumprimento do disposto no inciso v do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

parágrafo único. os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - a rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a VII e XI do parágrafo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o contratante;

III - judicial, nos termos da legislação;

a) a rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

b) quando a rescisão ocorrer com base nos incisos vii a xi do parágrafo primeiro, sem que haja culpa da contratada, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

II - pagamento do custo da desmobilização.

**8.2** O contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo, atendida a conveniência do fornecimento dos serviços contratados, recebendo a contratada o valor da correspondente quantidade de serviços fornecidos.

**8.3** Se a contratada transferir a terceiros, no todo ou em partes, o direito do presente contrato, sem prévia e expressa autorização do contratante, bem como se o fornecimento dos serviços não atender às especificações e disposições contratadas.

**8.4** Por motivo de força maior, fato superveniente ou falta de recursos financeiros poderá o contratante suspender o contrato por prazo indeterminado unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias à contratada.

#### **Cláusula nona: do foro**





**9.1** As partes elegem o foro da Comarca de Apucarana para dirimir toda e qualquer questão pertinente ao presente negócio, renunciando a quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o contrato em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

**Município de Apucarana, xx de xxxxxxx de 2025.**

---

Autarquia Municipal de Saúde

**Emidio Alberto Bachiega**

---

Empresa

\*\*\*\*\*

---

Stela Maris Lopes Santini

**Gestora do contrato**

---

Ayran Eduardo da Silva

Guarnieri

**Fiscal administrativo**

---

Hemerson Valentim Alcantara

da Silva

**Fiscal técnico**

Testemunha 1: \_\_\_\_\_ cpf: \_\_\_\_\_

Testemunha 2: \_\_\_\_\_ cpf: \_\_\_\_\_

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****1. INTRODUÇÃO**

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 936/2023, o qual regulamenta a citada legislação Federal e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

A presente contratação é decorrente da necessidade de assegurar a proteção patrimonial da frota de veículos da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, composta por veículos operacionais, administrativos e assistenciais, entre os quais se destacam ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), veículos de transporte sanitário eletivo e veículos de apoio.

Considerando os riscos inerentes à operação diária desses veículos — como acidentes, incêndios, furtos, roubos e danos a terceiros —, torna-se essencial à contratação de apólice de seguro automotivo com cobertura abrangente, visando mitigar prejuízos financeiros ao erário público decorrentes de sinistros.

O objetivo da presente contratação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro veicular convencional, com cobertura de casco (colisão, roubo, furto, incêndio), danos a terceiros (responsabilidade civil), assistência 24 horas e outras coberturas adicionais compatíveis com as características dos veículos da frota. A contratação visa garantir

maior segurança operacional, continuidade dos serviços de saúde e previsibilidade orçamentária no caso de eventual sinistro.

### **3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A contratação pretendida trata de uma despesa recorrente, cuja previsão do recurso é feita anualmente através da dotação orçamentária 2080.33390390000000000000.00303 de referência 520, além de fazer parte do Plano Anual de Contratações na página 199 e estar de acordo com o Plano Estratégico.

Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do disposto no inciso XIII, do artigo 6º, da Lei Federal n.º 14.133/21, assim como no Decreto Municipal nº 936/2023. Consideram-se bens e serviços comuns “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Atender todos os requisitos de habilitação da Lei Federal 14.133/2021.

### **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

Estima-se a necessidade de contratação de seguro veicular para aproximadamente **43 (quarenta e três) veículos** pertencentes à frota da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, restritos aos veículos cujo contrato vigente de seguro encontra-se vencido ou em fase de encerramento contratual, sem possibilidade de novos aditivos.

A presente estimativa não contempla a totalidade da frota da AMS, mas tão somente os veículos cuja cobertura contratual atual não pode mais ser prorrogada, sendo, portanto, necessária a realização de novo processo licitatório para garantir a continuidade da proteção patrimonial desses bens públicos.

O quantitativo foi definido com base nas apólices atualmente em vigor e no controle de vencimentos contratuais gerido pelo setor responsável. Eventuais inclusões, ajustes ou baixas patrimoniais poderão ser formalmente avaliados durante a instrução processual.

Consta no **Anexo I** a listagem detalhada dos veículos contemplados nesta contratação, contendo informações como placa, modelo, categoria, uso, ano de fabricação e demais dados relevantes.

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

O levantamento de mercado realizado aponta que a solução mais viável técnica e economicamente para a proteção patrimonial dos veículos da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, cujo seguro atual encontra-se vencido ou com impossibilidade de renovação contratual, é a contratação de apólice de seguro veicular convencional, com cobertura abrangente (colisão, incêndio, roubo/furto), responsabilidade civil contra terceiros e assistência 24 horas.

A especificação e a quantidade do serviço a ser contratado foram baseadas no histórico de contratações anteriores realizadas por esta Autarquia, que tradicionalmente adota a cobertura do tipo abrangente convencional, contemplando os principais riscos (colisão, incêndio, roubo/furto), além de cobertura contra danos a terceiros (RCF-V) e assistência 24 horas. Também foram consideradas contratações similares realizadas por outros órgãos municipais e consórcios intermunicipais de saúde, os quais igualmente optam por essa solução, por sua viabilidade de mercado e equilíbrio entre custo e abrangência de cobertura.

## **7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e no Artigo 71 do Decreto Municipal nº 936/2023. Após análise dos valores praticados no mercado, estima-se o valor de **R\$ 179.088,76 (cento setenta e nove mil oitenta e oito reais setenta e seis centavos)** foi definido por meio de das fontes descritas no mapa de preços. Destarte, restaram atendidos os preceitos da economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

A solução adotada para a presente contratação consiste na realização de processo licitatório visando à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro veicular com cobertura abrangente, incluindo proteção contra colisão, incêndio, roubo/furto, danos a terceiros e assistência 24 horas, conforme condições estabelecidas no termo de referência. A cobertura será destinada a veículos da frota da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana que se encontram com apólices vencidas ou em vias de encerramento contratual, sem possibilidade de aditivos, exigindo, portanto, nova contratação para garantir a continuidade da proteção patrimonial.

Trata-se de solução tradicionalmente adotada pelo setor público, com ampla aceitação no mercado segurador e já consolidada na rotina da Autarquia, permitindo previsibilidade de custos, segurança jurídica e operacional. A contratação por meio de licitação na modalidade pregão possibilitará a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com observância aos princípios da economicidade, competitividade e legalidade.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com esta contratação, pretende-se assegurar a continuidade da proteção patrimonial dos veículos da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, minimizando os riscos financeiros decorrentes de sinistros, como colisões, roubos, furtos, incêndios e danos a terceiros.

Espera-se, ainda, promover maior previsibilidade orçamentária, evitando a necessidade de desembolsos inesperados para reparo ou substituição de veículos acidentados, além de garantir a continuidade dos serviços assistenciais prestados, especialmente no transporte de pacientes e insumos. A contratação contribuirá para o aproveitamento mais racional dos recursos financeiros disponíveis, ao permitir a contratação em condições vantajosas por meio de pregão, e também para a otimização do uso dos recursos humanos, uma vez que reduz o tempo e o esforço despendido com tratativas emergenciais em caso de sinistro, permitindo foco nas atividades finalísticas da Autarquia.

## **10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Considerando as características da contratação, o processo licitatório será realizado por **item**, de modo a permitir que a seguradora ofereça proposta individualizada para cada veículo ou grupo de veículos da frota contemplada, conforme especificações do termo de referência.

A adoção do parcelamento da solução por item se justifica pela possibilidade de obtenção de melhores condições comerciais, além de garantir maior flexibilidade à Administração, que poderá contratar parcialmente, caso necessário, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e operacionais. Tal forma de contratação também estimula a ampla competitividade, permitindo que seguradoras interessem-se por itens específicos, mesmo que não atendam a totalidade do objeto.

Essa estratégia atende aos princípios da economicidade, vantajosidade e eficiência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não aplicável.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATO-INTERDEPENDENTES.**

Embora a presente contratação trate exclusivamente da contratação de seguro veicular para parte da frota da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, identificam-se contratações que guardam afinidade funcional com o objeto, por integrarem a estrutura de suporte à operação veicular da Autarquia, ainda que não sejam tecnicamente interdependentes.

São consideradas correlatas:

- Contrato de abastecimento da frota veicular;
- Contrato de manutenção preventiva e corretiva;
- Contratos de limpeza e higienização veicular;
- Contratação anterior de seguro veicular, com apólices em fase de vencimento e não passíveis de aditivo.

Essas contratações, embora autônomas, integram o conjunto de medidas que asseguram o pleno funcionamento, a segurança e a preservação patrimonial dos veículos da Autarquia, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos de saúde.

## **13. IMPACTOS AMBIENTAIS**

A presente contratação refere-se à prestação de serviços de seguro veicular, de natureza contratual e intelectual, sem fornecimento de bens físicos ou geração de resíduos sólidos. Por essa razão, não se identificam impactos ambientais diretos associados ao objeto desta contratação.

Adicionalmente, não há exigência de materiais ou embalagens a serem entregues pela contratada, nem qualquer impacto ambiental mensurável vinculado à execução do serviço.

Essa avaliação está em conformidade com as orientações do *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 4ª edição*, da Consultoria-Geral da União.

## **14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante de todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação de serviços de seguro veicular com cobertura abrangente, como medida adequada e necessária para garantir a proteção patrimonial dos veículos da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana que se encontram com contratos vencidos ou em fase de encerramento, sem possibilidade de aditivos.



A contratação mostra-se tecnicamente pertinente, juridicamente possível e economicamente viável, com oferta consolidada no mercado segurador e respaldo em contratações anteriores já realizadas pela própria Autarquia e por outros entes públicos. A prestação do serviço contribuirá diretamente para a continuidade das atividades essenciais da saúde municipal, assegurando maior segurança operacional, previsibilidade orçamentária e resguardo do patrimônio público.

Considerando o cenário atual e a necessidade de cobertura contínua para parte da frota, entende-se que a presente solução atende integralmente à necessidade identificada, sendo recomendada a adoção das medidas necessárias à abertura do processo licitatório.

## 15. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência.



**Anexo IV****Termo de Referência****1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1** Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro automotivo para parte da frota de veículos pertencentes à Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana. Os serviços devem incluir cobertura compreensiva (colisão, roubo, furto, incêndio), responsabilidade civil para danos a terceiros, assistência 24 horas e coberturas adicionais adequadas às especificidades dos veículos. Essa contratação tem como objetivo assegurar a proteção patrimonial da frota, garantir a continuidade operacional dos serviços de saúde, e mitigar riscos financeiros associados a sinistros, em conformidade com as especificações e exigências estabelecidas neste instrumento:

Ampla concorrência				
Item	Especificação do serviço	Unidade	Quantidade	Valor total R\$
1	SEGURO DO VEÍCULO: CLASSIC LS - PLACA: AYP6813 - ANO: 2014/2015 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 8AGSU19F0FR106148 - RENAVAM: 1075166567.	Unidade	1	<b>2.325,56</b>
2	SEGURO DO VEÍCULO: CLASSIC LS - PLACA: BAP1322 - ANO: 2016/2016 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 8AGSU1920GR151483 - RENAVAM: 1090140891.	Unidade	1	<b>2.222,58</b>
3	SEGURO DO VEÍCULO: MONTANA LS - PLACA: AZY9197 - ANO: 2015/2016 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 9BGCA8030GB128285 - RENAVAM: 1064959986.	Unidade	1	<b>3.061,79</b>
4	SEGURO DO VEÍCULO: MONTANA LS - PLACA: AZY9203 - ANO: 2015/2016 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 9BGCA8030GB128704 - RENAVAM: 1064950660.	Unidade	1	<b>3.061,79</b>
5	SEGURO DO VEÍCULO: ONIX 10MT JOYE - PLACA: BBU3815 - ANO: 2017/2018 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 9BGKL48U0JB200230 - RENAVAM: 1138620715.	Unidade	1	<b>3.141,52</b>
6	SEGURO DO VEÍCULO: ONIX JOY BLACK - PLACA: RHF3J91 - ANO: 2021/2021 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 9BGKD48U0MB244385 - RENAVAM: 1267660799.	Unidade	1	<b>2.441,95</b>
7	SEGURO DO VEÍCULO: PRISMA 1.0MT LT - PLACA: AZY9207 - ANO: 2015/2015 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 9BGKS69G0FG464826 - RENAVAM: 1064966540.	Unidade	1	<b>2.273,96</b>
8	SEGURO DO VEÍCULO: PRISMA 1.0MT LT - PLACA: AZY9201 - ANO: 2015/2015 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 9BGKS69G0FG479211 - RENAVAM: 1064961794.	Unidade	1	<b>2.481,96</b>
9	SEGURO DO VEÍCULO: SPIN 18L MT PREMIER - PLACA: BCF4086 - ANO: 2017/2018 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 9BGJC7520JB207774 - RENAVAM: 1155739121.	Unidade	1	<b>3.791,67</b>
10	SEGURO DO VEÍCULO: SPIN 18L MT PREMIER - PLACA: BCF4087 - ANO: 2017/2018 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 9BGJC7520JB206881 - RENAVAM: 1155741665.	Unidade	1	<b>3.791,67</b>



11	SEGURO DO VEÍCULO: SPIN 18L MT PREMIER - PLACA: BYZ5H89 - ANO: 2019/2020 - MARCA: CHEVROLET - CHASSI: 9BGJP7520LB168799 - RENAVAM: 1216340150.	Unidade	1	<b>3.803,82</b>
12	SEGURO DO VEÍCULO: JUMPER - PLACA: AXZ5029 - ANO: 2013/2014 - MARCA: CITROEN - CHASSI: 935ZCWMNCE2124709 - RENAVAM: 656306386.	Unidade	1	<b>4.250,52</b>
13	SEGURO DO VEÍCULO: JUMPER JAEDI MIC - PLACA: BAJ4906 - ANO: 2015/2016 - MARCA: CITROEN - CHASSI: 935ZCWMGCG2155570 - RENAVAM: 1080864641.	Unidade	1	<b>6.183,40</b>
14	SEGURO DO VEÍCULO: JUMPER M33M 2.3 - PLACA: BAW2664 - ANO: 2016/2017 - MARCA: CITROEN - CHASSI: 935ZBWMMBH2162090 - RENAVAM: 1100539015.	Unidade	1	<b>4.904,22</b>
15	SEGURO DO VEÍCULO: JUMPER RONTANAMB - PLACA: AZW9208 - ANO: 2014/2014 - MARCA: CITROEN - CHASSI: 935ZCWMNCE2140121 - RENAVAM: 1061092264.	Unidade	1	<b>5.047,44</b>
16	SEGURO DO VEÍCULO: DUCATO GREENC AMB - PLACA: BDR9I23 - ANO: 2019/2019 - MARCA: FIAT - CHASSI: 3C6DFVBK2KE530211 - RENAVAM: 1216514019.	Unidade	1	<b>6.190,49</b>
17	SEGURO DO VEÍCULO: DUCATO MC REV AMB - PLACA: BEA8D93 - ANO: 2020/2020 - MARCA: FIAT - CHASSI: 3C6DFVDK7LE126707 - RENAVAM: 1228363231.	Unidade	1	<b>7.675,35</b>
18	SEGURO DO VEÍCULO: STRADA TCA AMB - PLACA: BDP3D85 - ANO: 2019/2020 - MARCA: FIAT - CHASSI: 9BD5781FFLY375632 - RENAVAM: 1212045626.	Unidade	1	<b>3.286,38</b>
19	SEGURO DO VEÍCULO: UNO MILLE WAY ECON - PLACA: AXY4387 - ANO: 2013/2013 - MARCA: FIAT - CHASSI: 9BD15844AD6891988 - RENAVAM: 666275491.	Unidade	1	<b>2.640,22</b>
20	SEGURO DO VEÍCULO: KA SE 1.0 HA C - PLACA: BDE8E35 - ANO: 2019/2019 - MARCA: FORD - CHASSI: 9BFZH55L7K8363017 - RENAVAM: 1196511567.	Unidade	1	<b>2.131,62</b>
21	SEGURO DO VEÍCULO: DAILY 50C17MINIBUS - PLACA: BBC6315 - ANO: 2016/2016 - MARCA: IVECO - CHASSI: 93ZL50C01G8468203 - RENAVAM: 1108497303.	Unidade	1	<b>4.128,10</b>
22	SEGURO DO VEÍCULO: DAILY 50C17MINIBUS - PLACA: BBC6316 - ANO: 2016/2017 - MARCA: IVECO - CHASSI: 93ZL50C01H8470193 - RENAVAM: 1108498229.	Unidade	1	<b>5.253,24</b>
23	SEGURO DO VEÍCULO: DAILY13 RONTAN AMB - PLACA: APX9030 - ANO: 2007/2007 - MARCA: IVECO - CHASSI: 93ZC3890178329273 - RENAVAM: 959265481.	Unidade	1	<b>3.015,00</b>
24	SEGURO DO VEÍCULO: VOLARE V8L ESC - PLACA: AQW7163 - ANO: 2008/2009 - MARCA: MARCOPOLO - CHASSI: 93PB42G3P9C028564 - RENAVAM: 119404206.	Unidade	1	<b>4.416,57</b>
25	SEGURO DO VEÍCULO: VOLARE W-L ON - PLACA: BBV8277 - ANO: 2017/2018 - MARCA: MARCOPOLO - CHASSI: 93PB84S36JC058734 - RENAVAM: 1140644219.	Unidade	1	<b>7.913,01</b>
26	SEGURO DO VEÍCULO: 415 REVESE AMB - PLACA: BDP6E79 - ANO: 2019/2019 - MARCA: MERCEDES - CHASSI: 8AC906633KE173694 - RENAVAM: 1213028261.	Unidade	1	<b>5.519,01</b>
27	SEGURO DO VEÍCULO: 415 SPRINTER REV AMB - PLACA: BDU7H81 - ANO: 2019/2019 - MARCA: MERCEDES - CHASSI: 8AC906633KE175399 - RENAVAM: 1219642018.	Unidade	1	<b>7.437,71</b>



28	SEGURO DO VEÍCULO: 415 SPRINTER REV AMB - PLACA: BDU7H83 - ANO: 2019/2019 - MARCA: MERCEDES - CHASSI: 8AC906633KE175398 - RENAVAM: 1219652943.	Unidade	1	<b>7.437,71</b>
29	SEGURO DO VEÍCULO: REVESCAP AMB SR - PLACA: BEY4E15 - ANO: 2020/2021 - MARCA: MERCEDES - CHASSI: 8AC907643ME194605 - RENAVAM: 1256243660.	Unidade	1	<b>5.731,53</b>
30	SEGURO DO VEÍCULO: BOXER M350LH 2.3 - PLACA: AYJ2862 - ANO: 2014/2014 - MARCA: PEUGEOT - CHASSI: 936ZCWMCE2133165 - RENAVAM: 1007890514.	Unidade	1	<b>5.000,20</b>
31	SEGURO DO VEÍCULO: LOGAN - PLACA: AQY6382 - ANO: 2009/2009 - MARCA: RENAULT - CHASSI: 93YLSR6AH9J205998 - RENAVAM: 124502067.	Unidade	1	<b>2.149,10</b>
32	SEGURO DO VEÍCULO: MASTER - PLACA: AMF8743 - ANO: 2004/2004 - MARCA: RENAULT - CHASSI: 93YADCCH54J501767 - RENAVAM: 838233902.	Unidade	1	<b>4.216,91</b>
33	SEGURO DO VEÍCULO: MASTER RONTANAMB - PLACA: PAR9933 - ANO: 2015/2016 - MARCA: RENAULT - CHASSI: 93YMAFELRGJ985062 - RENAVAM: 1076759510.	Unidade	1	<b>4.084,02</b>
34	SEGURO DO VEÍCULO: RENAULT MASTER - PLACA: TBJ2C40 - ANO: 2024/2025 - MARCA: RENAULT - CHASSI: 93YF2004SJ084499 - RENAVAM: 1437667420.	Unidade	1	<b>7.063,50</b>
35	SEGURO DO VEÍCULO: KOMBI - PLACA: ASD2068 - ANO: 2009/2010 - MARCA: VOLKSWAGEM - CHASSI: 9BWMF07X7AP014303 - RENAVAM: 189403837.	Unidade	1	<b>2.567,51</b>
36	SEGURO DO VEÍCULO: KOMBI - PLACA: AKL4926 - ANO: 2002/2003 - MARCA: VOLKSWAGEM - CHASSI: 9BWGB07X83P004004 - RENAVAM: 789421437.	Unidade	1	<b>2.877,93</b>
37	SEGURO DO VEÍCULO: KOMBI - PLACA: AMX7704 - ANO: 2005/2005 - MARCA: VOLKSWAGEM - CHASSI: 9BWGB07X45P011566 - RENAVAM: 859789470.	Unidade	1	<b>2.777,85</b>
38	SEGURO DO VEÍCULO: MASCA ROMA - PLACA: BCB9283 - ANO: 2017/2018 - MARCA: VOLKSWAGEM - CHASSI: 9532Y82Z0JR803086 - RENAVAM: 1150064983.	Unidade	1	<b>7.490,13</b>
39	SEGURO DO VEÍCULO: NOVO GOL TL MCV - PLACA: BBO7495 - ANO: 2017/2018 - MARCA: VOLKSWAGEM - CHASSI: 9BWAG45U8JT039007 - RENAVAM: 1129414733.	Unidade	1	<b>2.570,47</b>
40	SEGURO DO VEÍCULO: SAVEIRO 1.6 CS - PLACA: AUC3235 - ANO: 2011/2012 - MARCA: VOLKSWAGEM - CHASSI: 9BWKB05U3CP027855 - RENAVAM: 331565986.	Unidade	1	<b>2.628,63</b>
41	SEGURO DO VEÍCULO: SAVEIRO PICKUPECIA CS - PLACA: AZT6507 - ANO: 2015/2016 - MARCA: VOLKSWAGEM - CHASSI: 9BWKB45U0GP026367 - RENAVAM: 1055359394.	Unidade	1	<b>3.464,36</b>
42	SEGURO DO VEÍCULO: SAVEIRO PICKUPECIA CS - PLACA: BCG2977 - ANO: 2018/2018 - MARCA: VOLKSWAGEM - CHASSI: 9BWKB45U4JP094940 - RENAVAM: 1157196745.	Unidade	1	<b>3.608,34</b>
43	SEGURO DO VEÍCULO: SAVEIRO RB MBVS - PLACA: BBU3894 - ANO: 2017/2018 - MARCA: VOLKSWAGEM - CHASSI: 9BWKB45U0JP077391 - RENAVAM: 1138679647.	Unidade	1	<b>3.030,02</b>

## 1.2 Especificações Técnicas da Cobertura

- **Cobertura abrangente completa** (colisão, roubo, furto, incêndio, fenômenos naturais);
- **Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo (RCF-V):**
  - Danos materiais a terceiros: no mínimo até R\$ 200.000,00 por sinistro;
  - Danos corporais: no mínimo até R\$ 200.000,00 por sinistro;
  - Danos morais: no mínimo até R\$ 10.000,00 por sinistro;
- **Cobertura de vidros** (para-brisa, vidros laterais, traseiros, faróis, lanternas e retrovisores);
- **Assistência 24 horas**, incluindo:
- Guincho com quilometragem **ilimitada** em todo o território nacional;
- Cobertura válida para **uso institucional/operacional de serviço público**;
- Valor da indenização com base em **100% da Tabela FIPE** no mês da ocorrência do sinistro;
- Franquias claras e compatíveis com o valor do veículo;
- Emissão imediata da apólice a partir da assinatura do contrato.

**1.3** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.4** O objeto desta contratação será parcelado em itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. Cada item corresponderá a um veículo específico da frota, conforme descrito nas especificações técnicas deste instrumento.

**1.5** O prazo do contrato será de um ano contado da data de assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

**1.6** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.7** A Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana é a única contratante, dispensando-se a realização de procedimento de intenção de registro de preços, ficando ainda vedada a utilização da Ata de Registro de preços por órgãos ou entidades não participantes.

**1.8** Em caso de subcontratação do objeto do contrato, a contratada deverá respeitar os seguintes artigos da Lei 14.133/21:

*“Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:*

*(...)*

*IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”*

*“Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.*

*(...)*

*§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”*

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A presente contratação tem por objetivo assegurar a proteção patrimonial da frota de veículos da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, composta por veículos operacionais, administrativos e assistenciais. A contratação visa garantir a continuidade dos serviços de saúde prestados à população, minimizando os prejuízos financeiros ao erário público decorrentes de sinistros como acidentes, furtos, roubos, incêndios ou danos a terceiros.

**2.2.** Estima-se a necessidade da contratação de seguro para 44 veículos da frota, especificados no quadro constante no item 1.1 deste Termo de Referência. Essa abordagem assegura a adequação das coberturas às particularidades de cada veículo, promovendo eficiência e segurança operacional.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

**4.1** A presente contratação refere-se à prestação de serviços de seguro veicular, de natureza contratual e intelectual, sem fornecimento de bens físicos ou geração de resíduos sólidos. Por essa razão, não se identificam impactos ambientais diretos associados ao objeto desta contratação.

Adicionalmente, não há exigência de materiais ou embalagens a serem entregues pela contratada, nem qualquer impacto ambiental mensurável vinculado à execução do serviço.

Essa avaliação está em conformidade com as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 4ª edição, da Consultoria-Geral da União.

##### **Garantia da contratação**

**4.2** Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

##### **Obrigações da Contratada**

**4.3** Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

**4.4** Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao SICAF ou possuir todas as condições de habilitações durante toda a vigência da ata;

**4.5** Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura da ata de registro de preços, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

**4.5.1** Acatar as recomendações da fiscalização do **CONTRATANTE**, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

**4.5.2** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

**4.5.3** Conforme o Art. 262 do Decreto Municipal 936/2023, quando verificado pela empresa contratada que os valores para prestação dos serviços não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis.

**4.5.3.1** O reequilíbrio econômico e financeiro pode se dar na forma de:

- I. Reajustamento de preços dos contratos; revisão de contrato ou reequilíbrio econômico e financeiro em sentido estrito;
- II. Repactuação de preços (em caso de prestação de serviços contínuos, regulamentados por categorias específicas);
- III. Revisão de Contrato ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Sentido Estrito;
- IV. Atualização monetária.

**4.5.4** Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **4.6 Da contratante**

**4.6.1** Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

**4.6.2** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

**4.6.3** Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

**4.6.4** Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

**4.6.5** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

#### **4.7 Sanções**

**4.7.1** Serão utilizadas as sanções previstas no Decreto Municipal nº 936/2023.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condição e local de entrega**

**5.1** As apólices de seguro deverão entrar em vigor a partir da data da assinatura do contrato e permanecer vigentes até o término do período contratual. A contratada deverá assegurar a emissão das apólices e a disponibilização de todos os documentos necessários de forma imediata, garantindo a continuidade da cobertura sem interrupções.

**5.2** Caso a contratada não consiga cumprir com a emissão das apólices ou garantir a vigência na data prevista para início do contrato, deverá justificar formalmente as razões do atraso no



menor prazo possível. A situação será analisada pela Administração, com base nos princípios contratuais e nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

### **Garantia**

**5.3** A contratada deverá garantir o pleno cumprimento das coberturas e serviços previstos na apólice durante todo o período de vigência do contrato, incluindo a assistência 24 horas e a prestação de suporte em casos de sinistros. A Administração acompanhará o atendimento aos sinistros para assegurar o cumprimento dos prazos e condições contratuais.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** O contrato deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.

**6.3** São indicados para fiscalização:

- **Gestor:** Servidor (a) **Stela Maris Lopes Santini**, Cargo: Superintendente Administrativo, portadora do CPF nº 599.251.919-04.
- **Fiscal Administrativo:** Servidor (a) **Ayran Eduardo da Silva Guarnieri**, Cargo: Coordenador de Transporte, portadora do CPF nº 065.943.899-20.
- **Fiscal Técnico:** Servidor (a) **Hemerson Valentim Alcantara da Silva**, Cargo: Motorista, portador do CPF nº 010.365.049-05.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do objeto**

**7.1** Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2** Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo reparar os possíveis erros de execução, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.4** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.5** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

**7.5.1** Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor do Contrato, mensalmente, solicitar das empresas:

- **Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;**
- **Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;**
- **Certidão de regularidade do FGTS;**
- **Certidão negativa de débitos Trabalhistas;**

**7.5.2** Todos os contratos que tiverem a necessidade de relatórios, além dos citados, é obrigação da Contratante o arquivamento dos mesmos.

**7.6** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.6.1** A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

**7.6.2** A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

**7.6.3 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.**

**7.7** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.8** O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

**7.9** Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

**7.10** O pagamento efetuado pela Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

**7.11** É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

**7.12** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**I = Índice de atualização financeira;**

**TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso.**

#### **Forma de pagamento**

**7.13** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.14** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.15** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.16** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **Exigências de habilitação**

**8.2** Para fins de habilitação técnica, o licitante deverá comprovar os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Licitações, conforme descrito na minuta do Edital. Além disso, deverá apresentar:

- Atestado de capacidade técnico-operacional que demonstre experiência na prestação de serviços de seguro automotivo com características compatíveis com as especificações deste procedimento;
- Registro ativo na SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), atestando a autorização para operar no mercado de seguros e a regularidade de suas atividades.

### **Estimativas do valor da contratação**

**8.3** O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pela Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana é de **R\$ 179.088,76 (cento setenta e nove mil oitenta e oito reais setenta e seis centavos)**, conforme detalhado no mapa de preços em anexo ao estudo técnico.

**8.4** Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha supra colacionada, o preço máximo foi obtido através da mediana dos preços unitários.

**8.5** Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a Administração Pública.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Superintendência de Planejamento.

## **10. DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTI-CORRUPÇÃO**

**10.1** Para os propósitos desta cláusula definem-se as seguintes práticas:

- A. **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- B. **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- C. **“Prática colusivas”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- D. **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- E. **“Prática obstrutiva”**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da unidade gestora, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula **dos contratos vinculados à mesma**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da unidade gestora promover inspeção.

**10.2** Qualquer usuário ou cidadão poderá, a qualquer tempo, denunciar irregularidades no faturamento ou na prestação dos serviços ora contratados.